VITALIDADE E GRANDEZA DE PERNAMBUCO E DO NORDESTE

VALENTIM F. BOUÇAS

•

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE COMO FÔRÇA DE RENOVAÇÃO

LUIZ PINTO

CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS
DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA

REVISTA
DE
FINANÇAS PÚBLICAS

ED. DO MINISTÉRIO DA FAZENDA,
10.° ANDAR, SALA 1011 — RIO

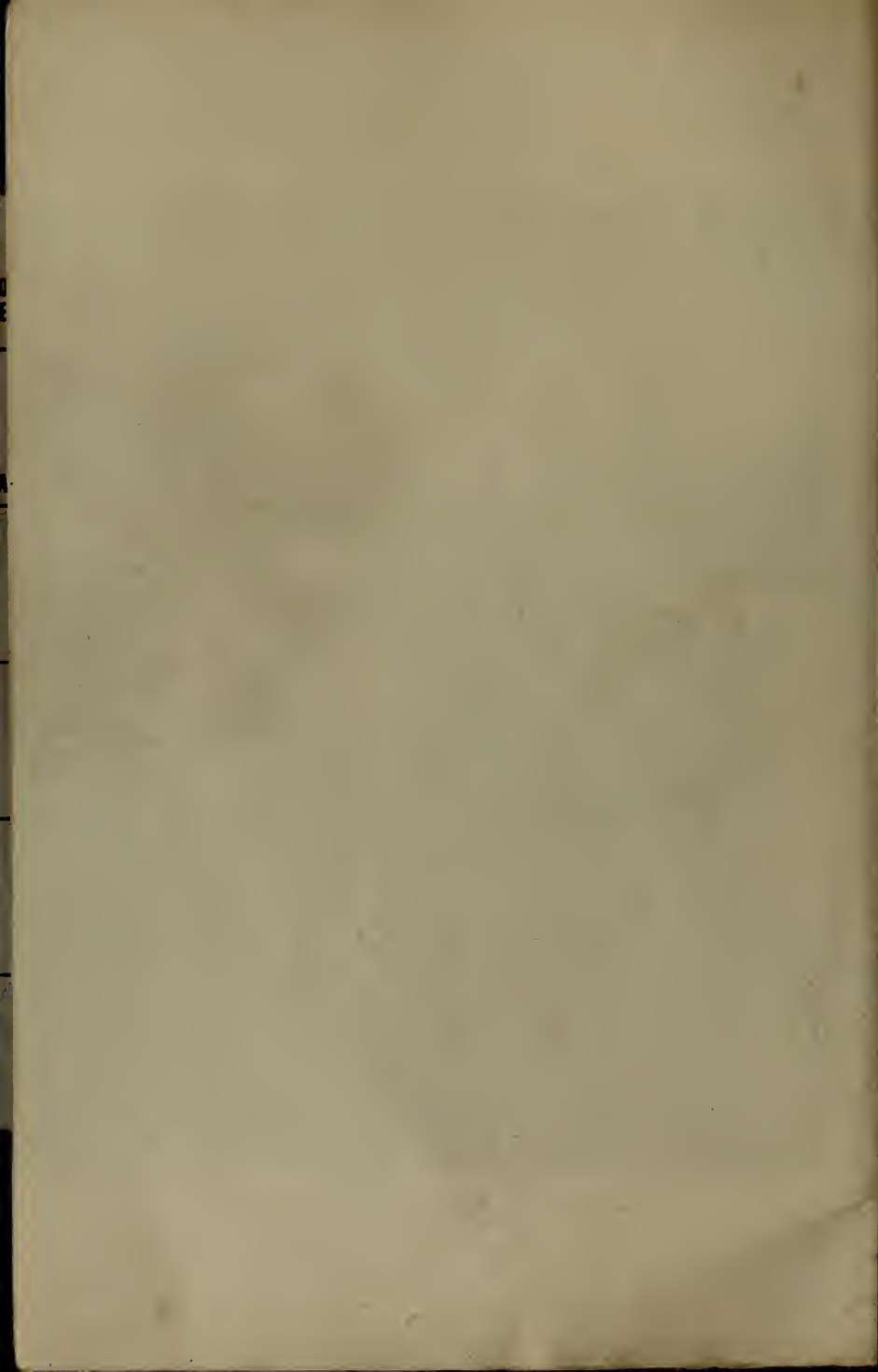
Vitalidade e Grandeza de Pernambuco e do Nordeste

VALENTIM F. BOUÇAS

•

A Industrialização do Nordeste como Fôrça de Renovação

LUIZ PINTO

Flagrante da chegada do Sr. Valentim F. Bouças a Recife, em Setembro de 1956.

A presente conferência foi pronunciada pelo Sr. Valentim F. Bouças na Assembléia Legislativa de Pernambuco, a 26 de Setembro de 1956, por iniciativa do Deputado Francisco Falcão, que, para isso, apresentou uma proposição àquela Casa de Congresso, aceita por unanimidade.

RELEMBRO, neste instante, ao chegar a Recife, um episódio singelo na sua estrutura, mas na verdade de profundo reflexo humano, e de um conjunto de aspectos que o calendário da vida renova agora à minha memória e imaginação. Era eu pouco mais que um menino ainda, *office-boy* do escritório técnico da Companhia Docas de Santos, na minha velha cidade de Braz Cubas. Pernambuco visitava-nos pela figura varonil de Joaquim Nabuco, o vosso grande tribuno. Pois bem, naquela hora fôra eu mandado levar a xícara de café de São Paulo, símbolo da nossa hospitalidade, ao preclaro filho de Pernambuco, diplomata eminente e abolicionista convicto, que tanto se alçou no cenário do mundo, e na intimorata cidade Maurícia, terra do civismo pátrio, chão de bravos e de mártires.

Mas, êsse vínculo de sêres humanos, essa cordialidade que tanto nos caracteriza, êsse misto de compreensão e fraternidade, veio mais tarde encher-se de objetividade, tomar corpo ainda mais sólido, dessa vez no campo da ação, da colaboração efetiva, quando, em 1936, era eu incumbido, pelo então interventor neste próspero Estado, Sr. Carlos de Lima Cavalcanti, de encaminhar solução para um problema especial da dívida externa de Pernambuco, solução que se concretizou de fato na interinidade, como chefe do executivo pernambu-

cano, do saudoso mestre Andrade Bezerra. Tive, dêsse modo, maior aproximação com os pernambucanos, já na fase da maturidade da vida, de melhor interpretação social, econômica e humana da unidade pátria.

° ° °

Antes de dar início ao tema desta palestra, a duas referências me imponho, como preito de reconhecimento que externo com tôda espontaneidade. A primeira, ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, que tive a honra de organizar no Ministério da Fazenda e do qual não me posso isolar. O nosso Conselho foi e continua a ser o grande órgão intermediário entre a União, Estados e Municípios em seus problemas contábeis e financeiros. E' o único órgão em que êsses 3 elementos se congregam no seu amparo financeiro. Através dos estudos realizados pelos seus técnicos, tenho acompanhado, com todo carinho, o comportamento da economia de Pernambuco e do Nordeste, configurado na sua vida financeira, na órbita estadual e municipal. E não apenas de Pernambuco e do Nordeste, como de todo o Brasil. O material por êle coletado indica roteiros e sugere providências : fecunda e promissora é a colaboração que tem prestado ao nosso país. Ao Conselho Técnico de Economia e Finanças tenho dedicado o melhor dos meus esforços; a êle sirvo, servindo à minha Pátria, pois se trata de um órgão técnico que tem encaminhado soluções para problemas difíceis da administração pública, sobretudo no que tange à Dívida Externa e à Padronização dos Orçamentos.

Outra referência particularmente grata para mim, que faço com saudade e como testemunho cívico, é ao eminente homem público que foi Getúlio Vargas, a quem o Brasil deve uma soma de reais serviços, e de cujo espírito público, dedicação às causas nacionais, honestidade de propósitos e subida honra posso dar-vos meu depoimento de homem independente e leal, através de uma convivência e trato de negócios do país que se estenderam por mais de 28 anos. Penso, nesta hora em que piso no solo cívico de Pernambuco; penso, neste momento em que já não vive o velho estadista; penso, quando

se somam e se examinam questões nacionais de certa monta; penso que se não pode esquecer aquêle que, na verdade, além de animador, foi um denominador comum de muitos dos nossos maiores problemas, para os quais se voltava cheio de ardor, entusiasmo, patriotismo e confiança.

O NORDESTE NA ECONOMIA BRASILEIRA

Voltando mais uma vez ao vosso convívio, agora pela confiança e amizade do Deputado Francisco Falcão e pela honrosa distinção desta Magna Assembléia, tenho a grata oportunidade de relembrar e atualizar o conhecimento das coisas e homens da região nordestina.

A economia brasileira nasceu no Nordeste. Foi aqui, nas margens do Capibaribe, nas várzeas e nos montes da capitania de Duarte Coelho, que ela se firmou às vistas deslumbradas do forasteiro, cuja ganância nos espiava cobiçosamente. E não temos dúvida em afirmar que, em contingente ponderável, ela há de avolumar-se aqui e crescer, dentro de uma realidade mesológica que se retarda pela ação de administrações burocráticas, mas que será vencida pela própria opulência do meio, do seu homem, da ação do tempo no desenvolvimento dos povos capazes.

Tendes fontes de vida; sois, portanto, um povo de altos desígnios. Não somos um povo de vocação pessimista; temos sido, como já afirmei alhures, e em verdade vos repito agora, temos sido, sim, uma casa desarrumada.

Podemos, sem dúvida, sem receio de errar, contestar Américo Vespúcio, quando afirmou nada haver encontrado de proveitoso em nossa costa. Era a ilusão das Índias, das especiarias, tão sonhadas e esperadas, fazendo-o subestimar nossas realidades, não refletir sôbre o nosso massapê, da faixa de Pernambuco ao Recôncavo, onde mais tarde floresceu a cana-de-açúcar, que havia de ser o sustentáculo da Colônia numa escalada larga da sua existência. Seu julgamento *a priori* desfêz-se logo ao impacto de novas evidências, até mesmo diante das investidas do invasor francês, nas suas especulações com a nossa *ibira-pitanga,* encontrada tanto em Itamaracá, como nas imediações de famosa baía da Traição na Paraíba.

Fonte de economia efêmera, o pau-brasil, a qual, entretanto, outras mais sólidas se seguiriam.

Não tendes, pernambucanos, não podeis ter, nordestinos, temores do futuro. A vossa marcha tem sido fundamentada através dos séculos, o vosso caminhar se fêz sentir na conquista e na colonização; os impulsos do vosso saber se estenderam à nacionalidade. Tudo impede desacreditar de uma gente que expulsou os holandêses, numa peleja sem quartéis e sem tréguas, desde as emboscadas e as guerrilhas de Henrique Dias, Camarão e Vidal de Negreiros, até às vitórias dos Guararapes. Jamais poderemos descrer dos bravos que arquitetaram o grito republicano de 1710, nos altos de Olinda e nas arrancadas libertárias de 1817, 1824, de 1848.

Quando Martim Afonso de Souza nucleou São Vicente e Piratininga, na projeção do patamar para o São Paulo de hoje, orgulho da pátria e do continente, na comunhão federativa, já Pernambuco se projetava, já Duarte Coelho dava forma à sua capitania, como o marceneiro-mór, elaborando as traves mestras de uma comunidade que haveria de ser, como é, o esteio de uma banda do Brasil, florescente no âmbito da cultura, como núcleo fazedor de homens que se marcaram pelos anos a dentro em proliferação que nos desvanece e orgulha.

Não vejo razão de temores. Basta olhar para a geografia física, basta consultar a geografia econômica, social e humana da região e articular o Nordeste com o Brasil. Não isolar o país do continente, nem isolar Pernambuco do Nordeste e da Nação. Estudá-los e vê-los dentro da equipe universal, medir a sua extensão histórica, pesar as suas fontes de produção, as exploradas e mal exploradas, e as que se não exploraram ainda. O pedestal do passado há de ser a garantia do futuro, da prosperidade futura.

As cifras comparativas que se acumularam nos últimos trinta anos oferecem expressivo depoimento a respeito do aumento da vossa produção agrícola e industrial, do vosso comércio com o estrangeiro e com as demais Unidades da Federação, da movimentação dos vossos negócios, da qual as estatísticas bancárias constituem instrumento de aferição. E tudo

isso se processa enquanto a vossa população cresce em ritmo mais acelerado do que a média do país, num testemunho de vitalidade que espanta os demógrafos e os sociólogos.

Imaginemos, entretanto, no labirinto das cifras, o que seria o resultado econômico-financeiro obtido, se não fôsse a realidade da política de funil, que infelizmente praticamos, e que leva quase tudo o que se produz neste vasto Brasil para a sua Metrópole.

A esta altura, há ensejo para referência a uma particularidade registrada em vasta área dos Estados nordestinos : a sêca. Criou-se no Brasil o fantasma das sêcas. Sêca, flagelo, flagelo. Não sabeis, nordestinos, quanto isso, em certo sentido, vos prejudicou, como repercutiu por vêzes errôneamente essa aflição que não deveria ter existido, bastando para isso — como nos mostrou a visão extraordinária de Epitácio Pessoa — que os governos do país tivessem olhado corajosamente êsse problema com desejo de solucioná-lo, sem transformá-lo em padrão de demagogia, de política sem base moral, em que o binômio sêcas e flagelados servisse para fixar à mente de muitos, até de letrados, o Nordeste como uma região sáfara, improdutiva e má, um pedaço desgraçado do Brasil !

Muitos anos levastes, muitos anos vossos homens escreveram e falaram para demonstrar o contrário, para destruir certos conceitos, para apresentar ao Brasil principalmente a fecundidade das vossas terras, o volume dos vossos rios, a terra preta e boa, os vales ricos, a terra da cana-de-açúcar, do feijão mulatinho, do milho, do côco, do arroz, das excelentes frutas : da manga, do abacaxi, do abacate, da laranja. Para mostrar as aguadas perenes, a cacimba refrigeradora, o gado, o cavalo de sela, tudo que guardais sob o vosso céu, através dos vossos horizontes, na paisagem humana e vegetal.

Marchemos, portanto, para criar o Nordeste Molhado, na denominação de um estudioso da região.

Destas paragens onde o homem se enrijece ao calor do sol e à quentura da terra, partiram levas de bravos, não humilhados pela designação pejorativa de flagelados, senão com a afoiteza do conquistador, novos bandeirantes a atravessar a

Amazônia imatura, para senti-la, para dominá-la, na exploração da borracha brasileira.

Êsses heróis anônimos, cujos nomes não encimam monumentos, cujas lendas se perderam na caudal amazônica, na imensidão do "Inferno Verde", êsses homens, èsses nordestinos incomparáveis, situam-se na mesma linha daqueles heróis que deram a vida nos campos de Lomas Valentinas, nas tomadas de pontes, sob o comando de Caxias e Osório, na defesa das liberdades contra a tirania, nas encruzilhadas de Laguna, nos dias paraguaios.

O ENGENHO DE AÇÚCAR E A USINA

Agora, Senhores, desejo referir-me, de relance que seja, à vida do açúcar, do vosso açúcar, do nosso açúcar.

O engenho foi o alicerce da usina, a segunda fonte de vida econômica da região. Duarte Coelho, antes de pisar o vosso solo, já o sentira, e depois, em 1542, já tomava providências, junto à Côrte, no sentido de desenvolvê-lo e construir novas fábricas de fazer açúcar. De modo que não erra o sociólogo quando aponta o engenho, o mel de furo, o melaço, a rapadura, a aguardente de alambique, como elementos de fixação humana nestas terras, no caminho das águas e das terras de massapê. Mostra-nos Gilberto Freyre que a colonização não se deu aqui através de degredados portuguêses. Duarte, ao chegar em 1535, trazia com êle elementos da melhor estirpe, diz-nos o padre Serafim Leite; gente vinda de Viana, em Portugal, acrescenta Fernão Cardim. E sabe-se que Pernambuco foi o grande núcleo colonizador na região. Devemos, também apreciável soma de bom sangue ao colonizador holandês, em diferentes caracterizações que ainda se perpetuam.

A usina é dos fins do século XIX, espraiando-se para as manhãs do século XX. Há atualmente em vosso solo muitas usinas. Não me atrevo a afirmar que elas sejam uma grandeza econômica para Pernambuco, ou uma grandeza social. Há qualquer coisa ainda que precisa modificar-se no seu regime de vida, de produção, uma conseqüência talvez da "desarru-

mação da casa", de que vos falei antes, da ausência de uma administração desburocratizada, de uma renda industrial mais humana, menos artificial, construída noutras bases, feita noutro sentido. O problema, aliás, não se isola nas usinas, nem no café, nem no petróleo, nem no material atômico, nem na pecuária, apresentando múltiplos aspectos: de produção, de transporte, de financiamento equânime, de administração técnica.

O feudalismo econômico ainda se embala nas ramagens de um partidarismo anacrônico, retrógrado, sem molde nem sistema dentro da realidade mundial que atravessamos. A ausência de técnica na produção é uma endemia constrangedora. Precisamos esquecer os processos de advinhação, a rotina de um passado superado, no plano da economia política.

Senhores Deputados, não é ilusão o que vos digo. O mundo moderno está cheio de exemplos. Mas nós não os queremos enxergar. Ainda adotamos de um modo geral, por assim dizer, a política individualista, tendente a uma prepoderância de vantagens pessoais, o que é uma amarra ao atraso, ao êrro. Países sem as nossas possibilidades já se libertaram da mordaça feudal.

O CAPITAL ESTRANGEIRO E A IMIGRAÇÃO

Precisamos não temer o futuro, mas prepará-lo. Nem o jacobinismo patrioteiro, pêrro e fatal, nem o internacionalismo esdrúxulo e prejudicial. Mas o que não podemos negar é que já superamos o colonialismo e o coronelismo. Não há como temer o dinheiro estranho. Êsse capital evidentemente não virá tomar-nos o Brasil. Verificamos a existência, nos Estados Unidos, de centenas de poderosos núcleos sociais e econômicos, de povos das mais diversas formações. Jamais êsses núcleos quebraram a ordem, o patriotismo, o sentimento nacional dos americanos do norte. Cada vez mais êle cresce e se avoluma, internamente, nas suas bases inabaláveis; externamente no amparo e defesa dos que sofrem a ameaça do expansionismo exótico e perigoso.

De portas abertas, ontem como hoje, às raças e a capitais de qualquer procedência, os Estados Unidos não temem o seu enquistamento, pois os absorvem no trabalho cotidiano, sem dêles tomar conhecimento como estranhos, antes os colocando em pé de igualdade, pela confiança que o seu povo possui em si próprio e na sua capacidade de marchar sempre para a frente. Assim devem fazer os povos jovens, como o nosso, sob pena de envelhecerem na esterilidade, sem realizarem os feitos que a Providência reservou a cada agrupamento humano, em cada pedaço de terra, como já ressaltamos em trabalho publicado no "Observador Econômico e Financeiro" — "Imigração não é despesa, é capital".

Lembramos, nesse trabalho, que a campanha contra o "estrangeiro", antes da primeira grande guerra, atrasou o Brasil em mais de 50 anos. Nós, que poderíamos ter tido desde longa data uma real e grande indústria de ferro e aço à base do carvão metalúrgico, que poderíamos ter recebido uma importante imigração européia, quase nada conseguimos. E aconlhamos que se cuidasse sèriamente da imigração, tonificando sempre o organismo do nosso povo jovem, porque "as matrizes de um grupo étnico também cansam, como o solo, ou como as peças de uma máquina".

Insistir na política casmurra de olhar tudo o que vem de fora como "inimigo", é condenar êste país a ser uma irrevelada terra da promissão, é acreditar na reedição do milagre da geração espontânea, é não confiar no patriotismo dos brasileiros, no seu discernimento, na sua vontade de progredir pelos caminhos certos. A vós, pernambucanos, não podemos, de maneira alguma, fazer uma acusação dessa natureza. Nenhum exemplo mais convincente do que a entrega do mais alto cargo administrativo dêste Estado a èsse gaúcho, figura ímpar de militar e gestor da coisa pública, que é o meu amigo General Cordeiro de Farias.

Senhores, estamos vivendo os meados do século XX, do nosso século, batido por duas guerras mundiais, em que a humanidade se viu sacudida nos seus alicerces para a conquista de novas etapas de progresso e de civilização. Temos de nos

olhar em relação ao mundo, e não através da bitola estreita dos patrioteiros sem expressão nem forma, sem fundo nem substância. Não se apresenta a necessidade de trancarmos nossas portas. Ninguém nos quer roubar, senão nos ajudar a produzir e a crescer. O que se deseja, o que devemos pretender para nossos filhos, para o nosso país, são meios de desadormecer suas riquezas de solo e subsolo, suas fontes de vida, dentro da mesma unidade que foi o milagre da nossa colonização. Fazer o Brasil produzir, mas produzir racionalmente, com técnica, sistema e método.

E é nessa base honesta e inteligente que estamos vendo ser planejado o programa para o nosso desenvolvimento econômico, supervisionado pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

POLÍTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Com o propósito de prestar minha colaboração pessoal a êsse programa de uma sã política econômica e financeira, tive oportunidade de, no Forum Econômico de Belo Horizonte, firmá-la em 12 pontos básicos. Quero insistir nêles; estou convencido de sua necessidade.

I — Reforma Cambial

Com todo o respeito pelo ponto de vista de S. Ex.ª o Sr. Ministro da Fazenda, fomos e ainda somos favoráveis a uma pronta e radical reforma cambial, que é, a nosso ver, a medicação enérgica capaz de aliviar nossos males atuais e impedir outros maiores e mais graves no futuro. Somos pela rápida eliminação de entraves à liberdade cambial, embora defendamos medidas que nos ponham a coberto dos que especulam em nossa moeda para transferir para o estrangeiro o produto abusivo dêssa prática. Assinalamos, a seguir, alguns dos males trazidos pela política atual :

a) desestímulo à produção;
b) incentivo a fraudes cambiais;

c) subfaturamento na exportação;

d) queda na arrecadação do impôsto sôbre vendas e consignações, nos Estados exportadores;

e) baixa na arrecadação do impôsto de renda, da União;

f) conservação, por particulares especuladores, de saldos-ouro no exterior, com graves conseqüências para a defesa do cruzeiro e concorrendo para o aumento do custo de vida.

II — Responsabilidades oficiais pelas diferenças de câmbio acumuladas

Embora sejam bem altas as responsabilidades assumidas pelo Banco do Brasil e Govêrno federal, através da Superintendência da Moeda e do Crédito, não deve o atual Govêrno manter-se silencioso, avalizando, dessa forma, os pesados compromissos do passado e tornando ainda mais difícil a solução que quiser encaminhar para o problema. Os ágios arrecadados, comprometidos como estão com as bonificações, jamais poderão fechar as brechas das diferenças de câmbio concedidas através de taxas chamadas de câmbio oficial e de custo. Continua assim o campo a pagar pelo confôrto das cidades.

A herança recebida pelo atual gestor da Fazenda da União, o meu eminente amigo Dr. José Maria Alkmim, constitui, sem dúvida, um fardo pesadíssimo que êle, com a cooperação da SUMOC, procura tornar suportável. Mas, a nosso ver, para nós que temos pràticamente abolido 90% dos nossos encargos da Dívida Externa, as diferenças em aprêço poderiam perfeitamente ser diluídas no tempo, instituindo-se a liberdade cambial.

III — 4.º Funding Loan (Externo)

Insisto em que seria conveniente ajustar com o Export-Import Bank, de Washington, a consolidação das nossas dívidas comerciais nos Estados Unidos, a longo prazo, abrangendo o empréstimo Lafer, de 300 milhões de dólares, e os dois empréstimos Gudin, um de 200 e outro de 75 milhões de dólares.

IV — Empréstimo Compulsório Interno

Simultâneamente, deveria ser providenciada a emissão especial de Apólices Federais, para pagamento das diferenças de câmbio aos interessados com direitos adquiridos, por taxas cambiais obtidas na SUMOC. As emprêsas de serviços públicos ficariam com direito de reajustar, nas circunstâncias, suas tarifas ou recebimentos equivalentes. As eventuais diferenças de câmbio seriam computadas perante o órgão competente, no dia de cada pagamento devido em moeda estrangeira.

V — Consolidação das Emissões das Apólices Federais

Enquanto isso, o Congresso aprovaria, com urgência, o projeto de lei em curso no Senado, sôbre a consolidação das emissões de apólices federais, tornando-as títulos merecedores de confiança pública, mediante importante Fundo de Resgate, ativado pela Caixa de Amortização. Os títulos atualmente em circulação representam apenas 20% do orçamento federal. Nos Estados Unidos, suas apólices federais representam cêrca de 400%. Nossas apólices, por sua complexidade, não são nada mais do que um pandemônio, dilacerando o crédito público, o que compele a União a emitir papel moeda contìnuamente, figurando isto como uma das fontes da desgraçada inflação que tanto nos aflige.

VI — Tarifas Aduaneiras

Igualmente cabe ao Congresso aprovar, com urgência, o novo Código de Tarifas Aduaneiras. A nova tarifa passará a exercer a defesa fiscal, a promover a confiança na política de investimentos, constituindo-se elemento decisivo na eliminação do *deficit* orçamentário. Para se avaliar da inoperância fiscal das atuais pautas alfandegárias basta saber-se que, em 1934, nossa tarifa cobrava direitos, em média, que somavam cêrca de 30 a 35% sôbre o valor das mercadorias importadas. Hoje,

entretanto, não chega a cobrar o equivalente sequer a 5%, o que é um absurdo e está a exigir reforma radical. Enquanto aumentou o preço ouro das mercadorias importadas, o nosso cruzeiro desvalorizou-se, mas as taxas aduaneiras permaneceram imutáveis, dado o caráter específico da tarifa de 1934.

VII — Reforma Bancária

Tendo acompanhado os estudos e ouvido as ponderações feitas pelo Sr. Otto Niemeyer, em 1932, bem assim participado dos trabalhos elaborados pelo Ministro Souza Costa em 1937, estamos certos da premente necessidade de o Brasil organizar o seu Banco dos Bancos, de modo a dar uma estrutura de confiança ao nosso desenvolvimento econômico e financeiro, baseado em uma sã política de crédito e moeda. O que não é mais possível é continuarmos usando pontes sôbre balsas, quando se amplia cada vez mais o tráfego dos nossos interêsses econômicos e financeiros — tráfego que está a exigir uma larga e sólida ponte de granito.

VIII — Reforma Tributária

Somos partidários de melhor distribuição de rendas. Os impostos de consumo e de renda, da competência da União, e o impôsto de vendas e consignações, cobrado pelos Estados, estão a exigir uma pronta e enérgica revisão. Como Presidente das Conferências Regionais sôbre Legislação Tributária, em 1940, verificamos que o contribuinte brasileiro não se recusa a pagar os impostos; o que êle deseja são leis menos complexas, pois as que aí estão mais parecem alçapões, com fórmulas que fogem à simplicidade. Facilite-se a compreensão do dever por parte do contribuinte e a forma de pagamento em duedécimos e as repartições públicas terão menos papelório e mais dinheiro.

IX — Transformação do Colonialismo

A nosso ver, é imperioso cuidar sèriamente da economia do Norte e do Nordeste, de maneira a permitir a independên-

cia econômica dos Estados dessas regiões. Uma das medidas aconselháveis seria a aprovação de leis, visando a isentar do impôsto de renda, digamos, por 10 anos, tôdas as emprêsas industriais que se estabelecessem naqueles Estados, para fins de industrialização das matérias-primas locais, entre elas a celulose, madeiras, óleos vegetais e fibras. Aquelas unidades estaduais estão hoje, perante os grandes Estados industriais, como o Brasil estava diante da Metrópole, ao tempo em que éramos colônia do Reino de Portugal.

X — Ativação de todos os Projetos da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos

O Govêrno precisa remover definitivamente, do Banco Internacional, todos os projetos da Comissão Mista, que ali se encontram paralisados, articulando sua efetivação com o Export-Import Bank, por intermédio do nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, cuja ação deve ser contìnuamente estimulada. Êste fato está pràticamente superado pela recente intervenção, em Washington, da Missão Lucas Lopes.

XI — Banco de Crédito da Amazônia

Torna-se indispensável o acêrto definitivo da questão das ações do Banco de Crédito da Amazônia, antigo Banco de Crédito da Borracha, com o Govêrno norte-americano, obtendo-se ao mesmo tempo uma linha de crédito no Eximbank para fomentar a importação de máquinas necessárias ao estímulo da industrialização do Norte e do Nordeste brasileiros. Seria uma natural compensação aos sacrifícios que o Norte e o Nordeste fizeram no período da última guerra.

XII — Petróleo

Somos favoráveis à "Petrobrás". Entendemos, contudo, que para essa sociedade de economia mista poder desenvolver suas atividades em ritmo compatível com os altos interêsses

do país, toma-se indispensável a ampliação de seus recursos e a reforma de dispositivo do Código de Contabilidade Pública, no sentido de ser permitida a contratação de serviços com emprêsas nacionais por prazo superior a cinco anos.

ECONOMIA E FINANÇAS — 1930 e 1956

Apresento-vos a seguir, Senhores Deputados, em breve retrospecto, e num confronto com elementos atuais, dados que têm viva fôrça e servem para estear o meu otimismo, a firmeza que me alicerça o espírito sôbre a grandeza que nos aguarda em dias bem próximos, grandeza em que o Nordeste será participante, como uma das nossas melhores porções de terra, de homens e de riquezas.

Em 1930, o nosso país tinha uma dívida externa fundada avaliada em um bilhão e 300 milhões de dólares, ouro. O serviço anual dessa dívida exigia do Govêrno Federal 23% de suas rendas. Em 1956, o remanescente daquela dívida está reduzido a apenas 155 milhões de dólares, com serviço anual correspondente a 1% do orçamento federal.

De 1824 a 1930, o Brasil pagava o serviço de sua dívida externa fundada referente à União, Estados e Municípios com novos empréstimos, formando uma bola de neve. De 1931 a 1956, o Brasil resgatou e pagou, regularmente, com recursos próprios, pela primeira vez em sua história, o serviço da dívida externa, despendendo 935 milhões de dólares.

Em 1930, possuíamos 34 milhões de habitantes; hoje, temos mais 25 milhões, ou sejam, 59 milhões de habitantes. Em 1930, exportávamos o equivalente a 250 milhões de dólares; no ano passado, nossas exportações atingiram a um e meio bilhões de dólares, isto é, seis vêzes mais. Em 1930, o nosso orçamento federal era de dois milhões de contos de réis; hoje, é de 70 milhões de contos, o que é formidável, mesmo considerando-se a desvalorização do cruzeiro.

O Brasil, pois, de maneira alguma apresenta ruinas, mas apenas o aspecto de uma casa desarrumada. Com segurança podemos afirmar que tem hoje o nosso país muitas e maiores possibilidades do que em qualquer época.

Precisamos produzir e produzir muito, única fonte de renda para conservar-se a Nação em nível estável de progresso. Ao mesmo tempo, racionalizar suas despesas, para haver certa folga. Reduzir as autarquias e deixar que em alguns casos os particulares assumam a direção de suas atividades, sob sua própria responsabilidade. Isto permitiria a eliminação de *deficits* e o Govêrno arrecadaria impostos que hoje não pode receber, pela isenção que aquelas auferem.

OS CONTRÔLES ECONÔMICOS

Como não se pode erguer um edifício sôbre areias movediças, também não é possível incentivar a produção, especialmente nos campos, quando os preços de venda daquilo que se produz fogem da órbita natural da oferta e da procura, para serem dominados por um homem ou grupo, dentro de numerosos órgãos controladores.

Recordamos aqui a confidência que, em 1954, em Washington, no Hotel Mayflower, o Ministro da Economia da Alemanha fêz ao então Ministro da Fazenda, Professor Eugênio Gudin : "Alguns anos após esta última guerra, a Alemanha estava amarrada aos contrôles e sua produção estagnava, seus problemas e dificuldades econômico-financeiros multiplicavam-se. Um dia tomaram a decisão de abolir os contrôles. O novo surto de progresso que esperavam ver realizado em alguns anos começou a dar frutos em menos de seis meses. Hoje, a Alemanha oferece créditos..."

* * *

Não temamos o dia que vai chegar, que terá de chegar. Não temamos o Brasil nos seus impulsos, nos seus ímpetos de desenvolvimento. E' o vigor da terra imatura, a fôrça, a bravura da terra jovem. Esta fase que atravessamos é fase de transição, apenas. Precisamos compreendê-la : êstes dias que nos parecem aziágos, não o são, verdadeiramente; são dias de inquietação e intranquilidade, comuns nas crises transitórias mas que irão desaparecer.

A última guerra mundial, que nos levou tantas vidas preciosas, deixou ao mundo essa intranquilidade, como desfecho de dor, que as Nações estão tentando sufocar.

Outros povos, velhos povos, cansados e sem nossos recursos, reequilibraram-se, conquistaram novas realizações. Em nosso caso, mais decisivamente assim há de acontecer.

"O futuro do Brasil não começou ontem, começa hoje", afirmou um dos nossos estadistas. Êsse *slogan* é uma verdadeira sentença, deve constituir a fórmula da nossa esperança.

PROBLEMAS NORDESTINOS

Hoje aqui me encontro junto de vós, por gentil e bondoso convite, de passagem para Genebra, onde, na qualidade de Delegado do Govêrno Brasileiro, deverei participar de nova reunião do GATT. Em nenhum lugar melhor, no Brasil, do que aqui, poderia encontrar elementos de estímulo à defesa dos interêsses de nossa Pátria naquele organismo internacional. Recife é a capital econômica de uma região brasileira que se coloca, diante do país, em posição semelhante à do Brasil diante das grandes Nações de economia desenvolvida.

Sente-se no Nordeste, em relação ao Brasil, a presença de problemas parecidos com os que o Brasil vem suscitando no GATT, e que agora mesmo vão ser expostos nessa entidade à espera de compreensão e de solução. Trata-se de requerer um tratamento adequado às peculiaridades de nossa situação econômica, no campo das tarifas e do comércio internacional. Tôdas as atuais Nações altamente industrializadas e de elevado padrão de vida experimentaram, em certas fases de sua existência, as mesmas necessidades que hoje nos angustiam.

A Inglaterra foi a vanguardeira do protecionismo, com a revolução industrial, e os Estados Unidos pràticamente cerraram suas portas à importação de manufaturas européias no preciso instante em que instalaram máquinas para beneficiamento de suas matérias-primas. Mas é de ver que, protecionistas que foram, essas Nações não criaram muralhas chinesas em tôrno de suas fronteiras. Instituindo tarifas às vêzes proibi-

tivas, cuidaram de atirar-se à produção em massa, para barateá-la, de maneira a inverter o binômio da situação, convertendo-se em exportadores de produtos acabados.

Os Estados Unidos e a Inglaterra não criaram barreiras alfandegárias para dormir à sua sombra. Criaram-nas para trabalhar, com decisão e com ardor. E o fruto de seu trabalho hoje se oferece aos olhos de todos nós, indicando-nos o caminho certo, o roteiro definitivo. Certamente que os processos do comércio internacional, nos dias que correm, não têm a simplicidade daqueles que prevaleciam na época em que os Estados Unidos resolveram extrair o máximo de rendimento de suas riquezas naturais ou em que a Inglaterra entendeu de transformar sua estrutura econômica.

Hoje, o comércio entre os povos tornou-se complexo, a exigir processos complicados; os problemas, assim, passaram a reclamar soluções delicadas, às vêzes a longo prazo. Esta situação torna a posição do Brasil de equacionamento demorado, e as questões vinculadas ao seu progresso econômico e técnico de resolução penosa. Mas a nós, brasileiros, interessa vivamente a solução dos problemas em tela, e daí o empenho com que nos lançamos a buscar, no GATT, especialmente, o encontro de fórmulas que, ampliando a pauta de nossas exportações, permitam a redução do impacto da concorrência de produtos manufaturados estrangeiros, de maneira a podermos multiplicar nossas chaminés, a beneficiar tôdas as nossas matérias-primas, a produzir nossa própria alimentação, a estimular nossas múltiplas fontes de riqueza e bem-estar.

Para isso, contudo, é preciso trabalhar, e trabalhar muito. Há pouco me referi ao açúcar de Pernambuco, ao açúcar do Nordeste, ao velho problema do açúcar. As palavras que proferi poderão ser entendidas como de crítica à insistência, bem nordestina e bem brasileira, com que os homens desta terra se lançam ao plantio da cana e ao seu esmagamento nas moendas das usinas e dos engenhos, para obtenção de um alimento em super-produção. Longe de mim o propósito de aconselhar ao Nordeste, que se criou bebendo mel-de-engenho, a perda de seus canaviais e de suas fábricas de açúcar.

Continuo a acreditar que não foi por descuido que, nestas paragens, se instalaram as primeiras moendas, na época do Brasil-Colônia. Houve razões fortes para isso, razões que ainda hoje encontramos na uberdade da terra pràticamente virgem, apesar de trabalhada por gerações e gerações de lavradores com suas enxadas e suas queimas. O Nordeste reúne condições naturais para manter e desenvolver sua indústria açucareira. Para isso, é necessário oferecer-lhe oportunidade. As críticas de erros passados e presentes apenas têm justificativa quando utilizadas como elemento de correção na feitura dos planos futuros.

E' indispensável assegurar-se à economia canavieira do Nordeste um tratamento de região mais favorecida, por tempo limitado, a exemplo daquele que o Brasil vem reclamando do GATT, no plano mundial, e que ainda agora espera a Delegação Brasileira, de que faço parte, negociar em Genebra. Não podemos, de maneira alguma, sob pena de cometer um verdadeiro crime contra a unidade nacional, entregar o Nordeste ao seu próprio destino, sem ajudá-lo a recuperar as fôrças gastas por anos e anos de imprecisão de sua política econômica, no setor fundamental do açúcar.

O protecionismo ao açúcar nordestino tem de estribar-se, contudo, numa orientação que conduza sua economia a resolver os problemas estruturais que a marcam ainda hoje, especialmente o do preço. Certamente que èsses problemas não pedem soluções simplistas, pois se assim fôsse não mais subsistiriam, e tão agudos, como agora. Tenho certeza, porém, de que os nordestinos, e os pernambucanos, em particular, sabem que a solução racional não se encontra na modorra das rêdes das casas-grandes, nos braços cruzados diante dos canaviais imensos, nem nas confabulações palacianas.

Trabalhando intensivamente, é preciso quebrar a rotina, lançar adubos na terra que se esgota, cortá-la de máquinas, investir na produção e não em arranha-céus, trabalhar dentro de planos cientìficamente estabelecidos, para alcançar metas perfeitamente delineadas. E' preciso fazer isso, e muito mais, para que o protecionismo requerido e indispensável não se

transforme numa arma contra o próprio Nordeste, num amanhã que todos desejamos venturoso mas que pode surgir, para a economia desta região — se os seus filhos não souberem utilizá-lo para trabalhar bem e muito — como o fim de um ciclo de riqueza que tanto beneficiou ao Brasil.

Temos de substituir, em nossa Pátria, a política da cocaína por uma política severa, de responsabilidade. A política de cocaína tem o grande mérito de tornar doce a existência do Brasil nos dias mais amargos : se os custos de produção aumentam, elevam-se os preços. A facilidade da solução torna desnecessária a máquina do Estado ou a sua intervenção no domínio econômico. Não há mistério em soluções dessa natureza; tudo é simples.

Pergunto eu aos pernambucanos : está certa esta orientação? Não, de maneira alguma. A grande campanha a encetar, do Brasil no plano mundial, do Nordeste dentro do Brasil, é a do barateamento dos custos de produção, através de condutas que levem os setôres de atividade agrícola e industrial a produzir mais e melhor, com o uso da técnica e de processos racionais de trabalho. Foi assim que os Estados Unidos chegaram a êsse grau de prosperidade que é a garantia de sobrevivência da civilização ocidental.

Aos que, contudo, no exagêro dos principios da livre emprêsa, reclamam as portas abertas a todos os países e a tôdas as regiões, devemos contrapor o exemplo da história econômica. Nenhuma Nação surgiu rica, nenhuma região também. Os ricos de hoje são os pobres de ontem. Acontece que, como no plano mundial, no plano nacional temos regiões pobres e regiões ricas, ou melhor, regiões menos pobres e mais pobres. Os problemas de umas não são os mesmos das outras; as soluções que requerem são assim, diversas.

No Brasil, especialmente, os fatôres de diferenciação do progresso regional atuam em várias direções, a começar no campo tributário. Vejamos, por exemplo, o que se verifica com o impôsto de vendas e consignações, que é a base da receita dos orçamentos estaduais. Incidindo sôbre o valor de venda

dos produtos, estimula êle o desnível de recursos financeiros das administrações regionais.

Os Estados pobres, dessa maneira, arrecadam cada vez menos; os Estados ricos arrecadam cada vez mais. As regiões que produzem matérias-primas cobram pouco pelo que produzem, mas pagam muito pelo que consomem.

O problema, como se vê, é sério e estaria exigindo um exame demorado, para o seu devido equacionamento. Mas, êste não é o propósito desta conversa que estou tendo com os pernambucanos, aqui, sob a presidência esclarecida do Senhor Deputado José Francisco, e que tanta honra me propicia. Desejei apenas apontá-lo, de relance, para que os que me ouvem meditem sôbre o assunto, que envolve o futuro político e econômico desta região brasileira, e de muitas outras, em condições talvez bem mais severas.

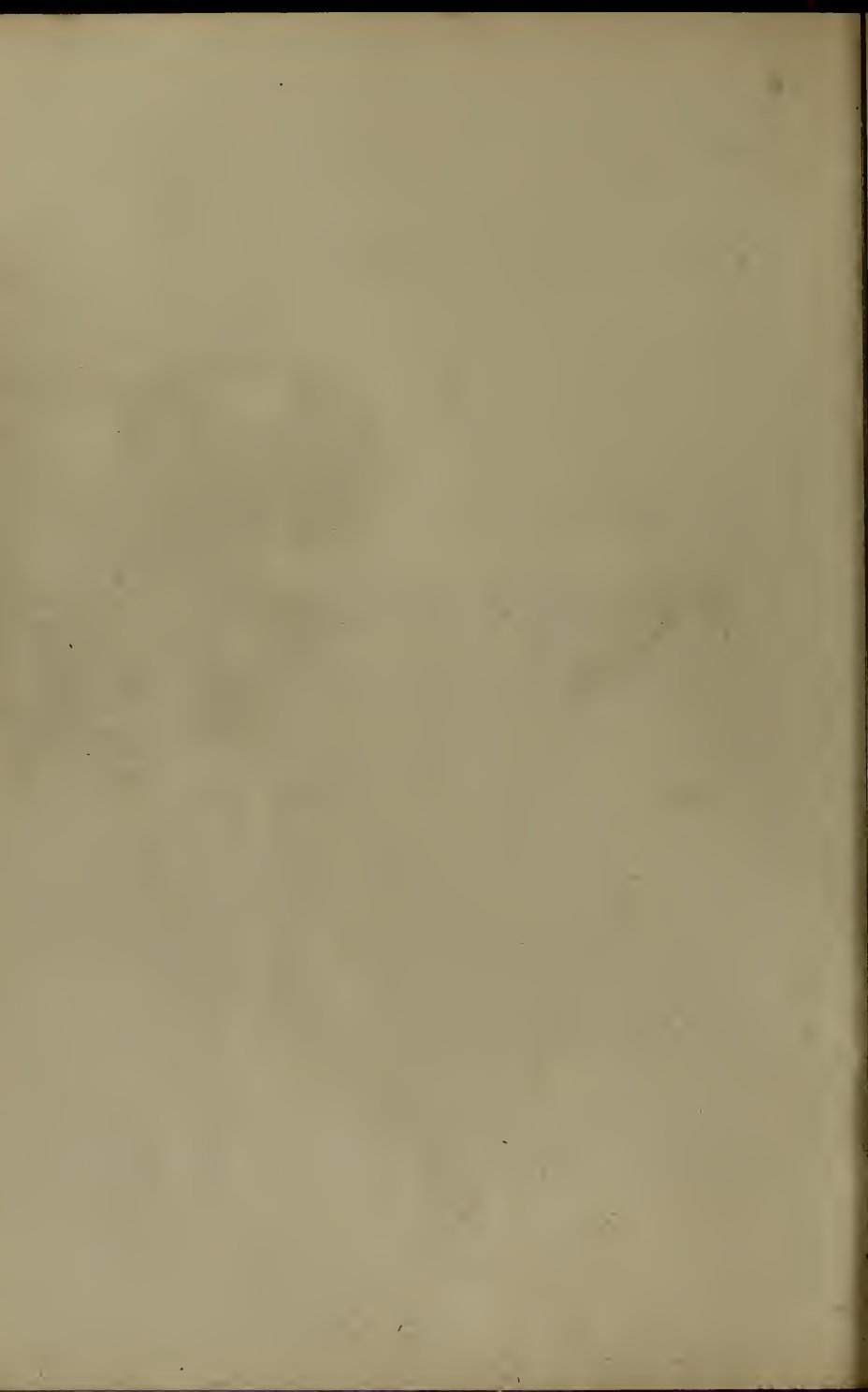
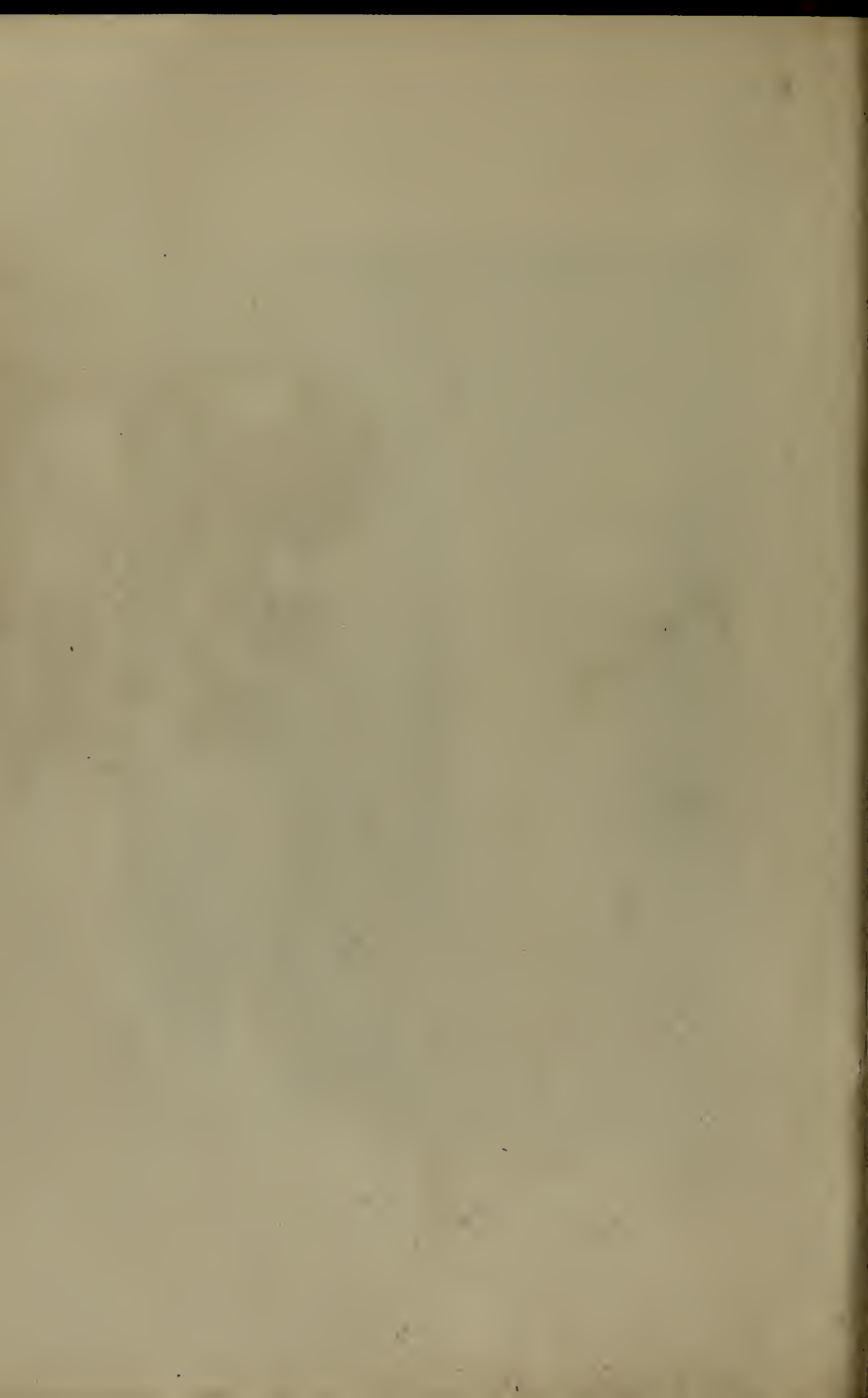
E o fiz também para mostrar que o interêsse dos filhos de Pernambuco e do Nordeste deve estar concentrado, sempre e sempre, na modificação da estrutura econômica desta terra, na ampliação crescente de suas fontes de riqueza e no trabalho fecundo em benefício da Pátria e dos nossos descendentes.

CONFIANÇA NO BRASIL

Nós que somos um povo pacifista, que colocamos em nossa Constituição o arbitramento como elemento decisivo para dirimir as mais altas controvérsias internacionais, devemos, dentro de nossa casa, dar um grande exemplo humano, de vitalidade, buscando na harmonia dos nossos homens a solução inteligente para remover as pedras que se acumularam na estrada do nosso desenvolvimento econômico. Do rápido tráfego nessa estrada é que depende o nosso futuro.

Conheço boa parte do mundo e por isso vos falo assim. Convivi e convivo em diferentes países, em velhas e novas civilizações, e verdadeiramente vos digo : nada vi maior, mais belo, mais promissor do que o nosso Brasil.

A Industrialização do Nordeste como Fôrça de Renovação

LUIZ PINTO

Srs. Valentim F. Bouças e o Reitor Joaquim Amazonas em visita às obras da Reitoria do Recife, em Setembro de 1956.

DE passagem para a Europa, aonde o leva assunto do maior interêsse para o Brasil, o Sr. Valentim F. Bouças, Secretário Geral do Conselho Técnico de Economia e Finanças estava sendo esperado no Recife por autoridades, jornalistas e amigos. Era que, demorando três dias no Nordeste, anunciada a sua conferência na Assembléia do Estado, todos desejavam ouvir a sua palavra experiente sôbre a crise que assalta o país, e seus problemas afins.

Os jornais vinham anunciando a sua chegada há dias. E no Aeropôrto dos Guararapes, alguns se representaram. O "Jornal do Comércio", uma das maiores expressões jornalísticas da região, pelo seu ilustre diretor-proprietário Dr. Pessoa de Queiroz, que se fazia acompanhar da sua exma. espôsa, e o "Correio do Povo", fôlha de grande repercussão na cidade Maurícia, pelo jornalista e intelectual Expedito Pinto.

Chegado a 25 de setembro de 1956, a 26 pronunciava o Sr. Bouças, à tarde, sua conferência no recinto da Assembléia, presentes os representantes do povo e cheias as galerias, a tribuna dos jornais etc. E à noite fazia uma palestra na sede da Associação Comercial do Recife, em sessão conjunta com a Associação das Indústrias de Pernambuco.

Na Assembléia, foi o Sr. Valentim Bouças apresentado pelo Deputado Francisco Falcão, representante do P. T. B., que, em eloqüentes palavras, disse do motivo daquela solenidade, traçando em seguida o perfil das atividades econômico-financeiras do Sr. Valentim Bouças no âmbito nacional.

A seguir, durante mais de 50 minutos, o Sr. Bouças prendeu a atenção dos presentes proferindo a sua substanciosa conferência.

Usando uma moldura sociológica e histórica, apresentou os fenômenos sociais e econômicos do Nordeste, estribando-se para isso em dados estatísticos, censo e opiniões dos estudiosos mais em evidência. E' estudo atual, de profundidade e exten-

são a conferência a que se alude. Por fim, depois de fazer sua profissão de fé na grandeza futura da região, dando os motivos por que o fazia, o Sr. Valentim Bouças situou os doze pontos que apresentara no Forum Econômico de Belo Horizonte, concernentes à reforma de que, a seu ver, carecemos.

Terminada a conferência, o Sr. Bouças pôs-se à disposição dos presentes para quaisquer explicações, passando para isso ao salão de honra da Assembléia Pernambucana. Nesta ocasião, homens do comércio, da indústria, da imprensa e representantes do povo, plantadores de cana, de algodão, pecuristas etc., crivaram-no de perguntas sôbre a situação brasileira, focalizando episódios, apontando fatos e ocorrências, defendendo pontos de vista e solicitando terapêutica eficiente para os males que nos afligem.

A ocorrência apresentou-se deveras interessante: cada pergunta, um remédio esperado, uma solução, uma esperança. Todo o Nordeste, que procura desenvolver-se e progredir sòzinho, todo o Nordeste, fecundado agora pela energia do São Francisco, todo o Nordeste, nas suas várzeas, vales e planaltos como que espera, não a compaixão e piedade dos homens do govêrno, senão a compreensão do papel que representa na comunhão nacional e no Continente em que vivemos.

E é o que se sente na opinião da imprensa, de modo geral.

Vejamos o que diz o "Diário de Pernambuco", o velho e bravo órgão da imprensa brasileira, que a lidera e vibra desde 1825:

REFORMA DAS TARIFAS ADUANEIRAS

"Em sua exposição na Associação Comercial, o Sr. Valentim Bouças deu uma ênfase especial ao problema da dívida externa do Brasil (4.º Funding Loan) e à reforma das tarifas aduaneiras, com a supressão da política cambial inaugurada pelo ex-Ministro Oswaldo Aranha. O Sr. Valentim Bouças foi recebido na Associação pelos diretores e presidentes dos órgãos das classes produtoras — Associação Comercial, Federação das Indústrias, Centro das Indústrias e Federações do Comércio

Atacadista e Varejista. Dirigiu os trabalhos o presidente da Associação Comercial, Sr. Oscar Amorim.

Saudando o visitante falou o industrial Bartholomeu Nery da Fonseca, chefe do Departamento Econômico da Federação das Indústrias de Pernambuco."

AGENTES DE INFLAÇÃO

O conferencista salientou que o Congresso deve aprovar, com urgência, o novo Código de Tarifas Aduaneiras, suprimindo-se, ao mesmo tempo, o regime de ágios, para as licitações cambiais, que vêm concorrendo para agravar o processo inflacionário. Disse que a nova tarifa passará a exercer a defesa fiscal, promovendo a confiança na política de investimentos e concorrendo para eliminar o *deficit* orçamentário. Enquanto aumentou o preço ouro das mercadorias importadas, o cruzeiro desvalorizou-se, mas as taxas aduaneiras permaneceram imutáveis, dado o caráter específico da tarifa de 1934.

EM GENEBRA

Destacou o Sr. Valentim Bouças que, em Genebra, os representantes do Govèrno brasileiro solicitarão que, logo após o exame das novas tarifas aduaneiras pelo Congresso Nacional, sejam iniciadas conversações com os países interessados em nosso comércio. Afirmou que os títulos brasileiros no exterior — principalmente nas Bôlsas de Nova York e Londres achamse estabilizados.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Falando sôbre a legislação fiscal, declarou que o impôsto de vendas e consignações é antieconômico, concorrendo para aumentar as dificuldades entre produtor e consumidor. "Somos partidários de melhor distribuição de renda, disse: os impostos de consumo e renda, da competência da Uinão, e o impôsto de vendas e consignações, cobrado pelos Estados, estão a exigir uma pronta e enérgica revisão".

Presentes à reunião encontravam-se, entre outros, o Sr. Antônio Galvão, Vice-Presidente da Associação Comercial, ad-

vogado e industrial Antiógenes Chaves, Diretor da Fosforita de Olinda S. A., Deputados Dias Lins e Francisco Falcão, Engenheiro Gilberto Azevedo Chaves, advogado Telmo Pontual, além de numerosos comerciantes e industriais.

E' do "Correio do Povo", que também foi vigilante através dos seus jovens repórteres, o conceito que abaixo transcrevemos :

IDÉIAS ECONÔMICAS

"O Sr. Valentim Bouças expõe então os seus pontos de vista : é radicalmente favorável à reforma cambial e partidário da liberdade ampla de câmbio, assinalando que a política atual resulta num desestímulo à produção, incentivo às fraudes cambiais, subfaturamento na exportação, queda na arrecadação do impôsto sôbre vendas e consignações, nos Estados exportadores, baixa na arrecadação do impôsto de renda, da União, conservação, por particulares especuladores, de saldos-ouro no exterior, com graves conseqüências para a defesa do cruzeiro e concorrendo para o aumento do custo de vida.

Bouças preconizou um ajuste com o Export-Import Bank, de Washington, para consolidação das nossas divisas comerciais nos Estados Unidos, a longo prazo, abrangendo o empréstimo Lafer e os dois empréstimos Gudin. Consolidação das emissões das apólices federais, empréstimo interno, reforma bancária, reforma tributária, novas tarifas aduaneiras, nova política do petróleo e da borracha, são outras medidas que Bouças predisse para o Brasil.

O ilustre visitante deixou ótima impressão entre os Deputados pernambucanos."

SESSÃO CONJUNTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PERNAMBUCO

A palestra da sessão conjunta da Associação Comercial e das Indústrias teve um sentido diferente. Falando de improviso, achou de bem o Sr. Valentim Bouças dar conhecimento de certos aspectos técnicos da dívida externa do Brasil, focalizando fatos e promessas que arrancaram salvas de palmas,

como já havia sucedido na Assembléia Legislativa. Homens objetivos, das indústrias e do comércio, as interpelações feitas ao Secretário-Geral do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda vinham demonstrar a mesma conduta que se observara antes na casa do povo : o desejo de conhecer a extensão da crise e as providências que seriam sugeridas no sentido de debelá-la.

Apresentado pelo Sr. Bartolomeu da Fonseca, homem estudioso e realizador, também debatedor da palestra, outras figuras se fizeram ouvir, muito se destacando os Srs. Antiógenes Chaves, Luís Pio e o Deputado Federal Dias Lins, figura de marcado prestígio e sólido saber, cujas perguntas e argumentos calaram fundo no espírito dos presentes. O Deputado Francisco Falcão, industrial e homem de partido teve em tudo realçante papel pelo seguro raciocínio no encaminhamento das inquirições.

O "Jornal do Comércio", a propósito, assim se refere a êsse passo da palestra do Sr. Valentim Bouças:

REFORMA CAMBIAL

"O Sr. Valentim Bouças pronunciou-se favorável a uma pronta e radical reforma do nosso sistema cambial. Assinalou que o atual sistema de câmbio, no Brasil, vem contribuindo apenas para desestimular a produção, incentivar fraudes cambiais, proporcionar o subfaturamento de exportações, provocar queda na arrecadação do impôsto sôbre vendas e consignações (nos Estados exportadores), baixar a arrecadação do impôsto de renda, facilitar aos particulares conservarem no exterior saldos-ouro, com graves conseqüências para a defesa do cruzeiro e concorrendo para o aumento do custo de vida.

Sistema Inflacionário

Acrescentou que o sistema dos ágios havia sido criado pelo ex-Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, a fim de suprir as deficiências das tarifas alfandegárias, que são antiquadas. Entretanto, com o tempo, êsse sistema tornou-se altamente inflacionário e pernicioso à economia nacional.

Ajuntou que esperava a aprovação das novas tarifas aduaneiras pelo Congresso Nacional, com urgência. O novo Código de Tarifas aduaneiras — frisou — passará a exercer a defesa fiscal, a promover a confiança na política de investimentos, constituindo-se elemento decisivo na eliminação do *deficit* orçamentário. Para se avaliar — afirmou — a inoperância fiscal das atuais pautas alfandegárias basta saber-se que, em 1934, cobrávamos direitos, em média, que somavam cêrca de 30 a 35 por cento sôbre o valor das mercadorias importadas. Hoje, entretanto — acrescentou — não chega a cobrar o equivalente sequer a 5 por cento, o que é um absurdo e está a exigir reforma radical. Enquanto aumentou o preço ouro das mercadorias importadas, o nosso cruzeiro desvalorizou-se, mas as taxas aduaneiras permanecem imutáveis, dado o caráter específico da tarifa de 1934."

OBRAS DA REITORIA DO RECIFE

As obras da Reitoria do Recife chamam, como é natural, a atenção de quem visita aquela cidade. As obras e a figura, por tudo respeitável do seu Magnífico Reitor, Dr. Joaquim Amazonas, que, no sítio "Engenho do Meio", está edificando a Cidade Universitária de Pernambuco, das maiores e mais modernas da América Latina.

Fèz-se a visita às suas obras no dia 26 pela manhã.

No empreendimento tudo foi previsto, planejado, medido e executado com admirável perfeição. O Sr. Valentim Bouças, acompanhado do Magnífico Reitor Amazonas, do signatário destas impressões e do jornalista Expedito Pinto, que fèz a cobertura jornalística para o "Correio do Povo", percorreu dependência por dependência da série de prédios já construídos e outros em vésperas de inaugurar.

Trata-se realmente de uma grande obra. O Magnífico Reitor, exteriorizando energia e conhecimento de causa, está alerta a tudo, vigilante, a par de sua obra em minudências. E' perfeito, dentro das suas linhas arquitetônicas, educacionais, sociais e urbanísticas, o plano do Dr. Amazonas.

À noite, atendendo a um convite do Dr. Mauro Mota, Diretor do Instituto Joaquim Nabuco, que expressava a solidariedade de Gilberto Freyre às homenagens prestadas ao Sr. Bouças, em sua companhia, estivemos em Apipucos, visitando o sociólogo, que havia pouco regressara do Velho Mundo, onde dera cursos, entrevistas, divulgando homens e coisas do Brasil.

Minutos sérios e lúcidos. Bouças e Freyre discutiram, armaram esquemas, traçaram planos sôbre alguns dos problemas mais prementes da região. Os dois percorreram os velhos salões da mansão de Apipucos, conhecendo os visitantes móveis, azulejos e outras preciosidades que ali se guardam sob as vistas dêsse regionalista internacional, que é Gilberto Freyre.

VISITA A JOÃO PESSOA

A 27 do mês aludido, logo às primeiras horas, em companhia do Dr. Clóvis Lima, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, seguimos a João Pessoa. O automóvel cortava a estrada de rodagem que liga Recife a Goiana, magnífica estrada, asfaltada como a Avenida Rio Branco. E' pena que não tenha prosseguido tão boa estrada até às capitais paraíbana e rio-grandense do norte. E' preciso com urgência fazê-la prosseguir.

A estrada de Recife a João Pessoa atravessa zonas econômicas do mais vivo interêsse ao desenvolvimento da região. Águas, rios perenes, coqueirais, vales, como o Gramame, rico e abandonado, várzeas intérminas e chapadões, e taboleiros. De modo que, quando o Sr. Valentim Bouças, que ia levar esclarecimentos reclamados à Paraíba, sôbre problemas econômicos e financeiros do país, galgava as fronteiras da terra de Vidal de Negreiros, já ia informado das suas possibilidades e conhecendo de *visu* o chão fecundo e abandonado daquele pedaço do Brasil.

Hóspede do Governador Flávio Ribeiro Coutinho, como havia sido antes do Governador General Cordeiro de Farias, o Sr. Valentim Bouças teve ensejo de ficar à vontade em contacto

com homens de várias atividades no Estado, e também com a terra, suas necessidades e suas aspirações.

Após o almôço no Palácio da Redenção, onde se reuniam Secretários do Govêrno, vendo-se também membros da Côrte de Justiça, intelectuais, homens do comércio etc., o Governador Flávio Ribeiro manifestou desejo de mostrar as usinas S. João e Santa Helena ao visitante ilustre, o que se verificou, tendo-o acompanhado o Dr. Renato Ribeiro Coutinho, usineiro e Presidente da Associação Comercial de João Pessoa.

Percorrendo tôdas as dependências das duas fábricas de açúcar, usinas das maiores do Nordeste, sendo-lhe explicado em detalhes todos os seus movimentos, chamou de logo a atenção do Sr. Bouças a orientação social das mesmas, o que demonstra a fase de melhor compreensão e evolução por que passam os processos de organização do trabalho na terra paraíbana. É caso até de particular alegria para os que acompanham a vida sociológica do país.

À tarde, na sede da Faculdade de Ciências Econômicas, o Sr. Valentim Bouças proferiu a sua palestra perante um seleto e esclarecido público, onde se viam figuras do maior destaque do meio paraíbano : Desembargadores, Secretários de Estado. Escritores, Jornalistas, Usineiros, Industriais, Pecuaristas e Agricultores em geral. Apresentado pelo Dr. Mário Romero, que fêz um retrospecto das atividades do Secretário do Conselho Técnico na vida brasileira, iniciou o Sr. Valentim Bouças sua palestra, de improviso. Suas palavras despertaram a maior atenção. Ouvido com respeito e interêsse, durante mais de uma hora, só era interrompido pelos aplausos gerais, sobretudo quando focalizou a atuação de Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas como pioneiros do engrandecimento da região nordestina.

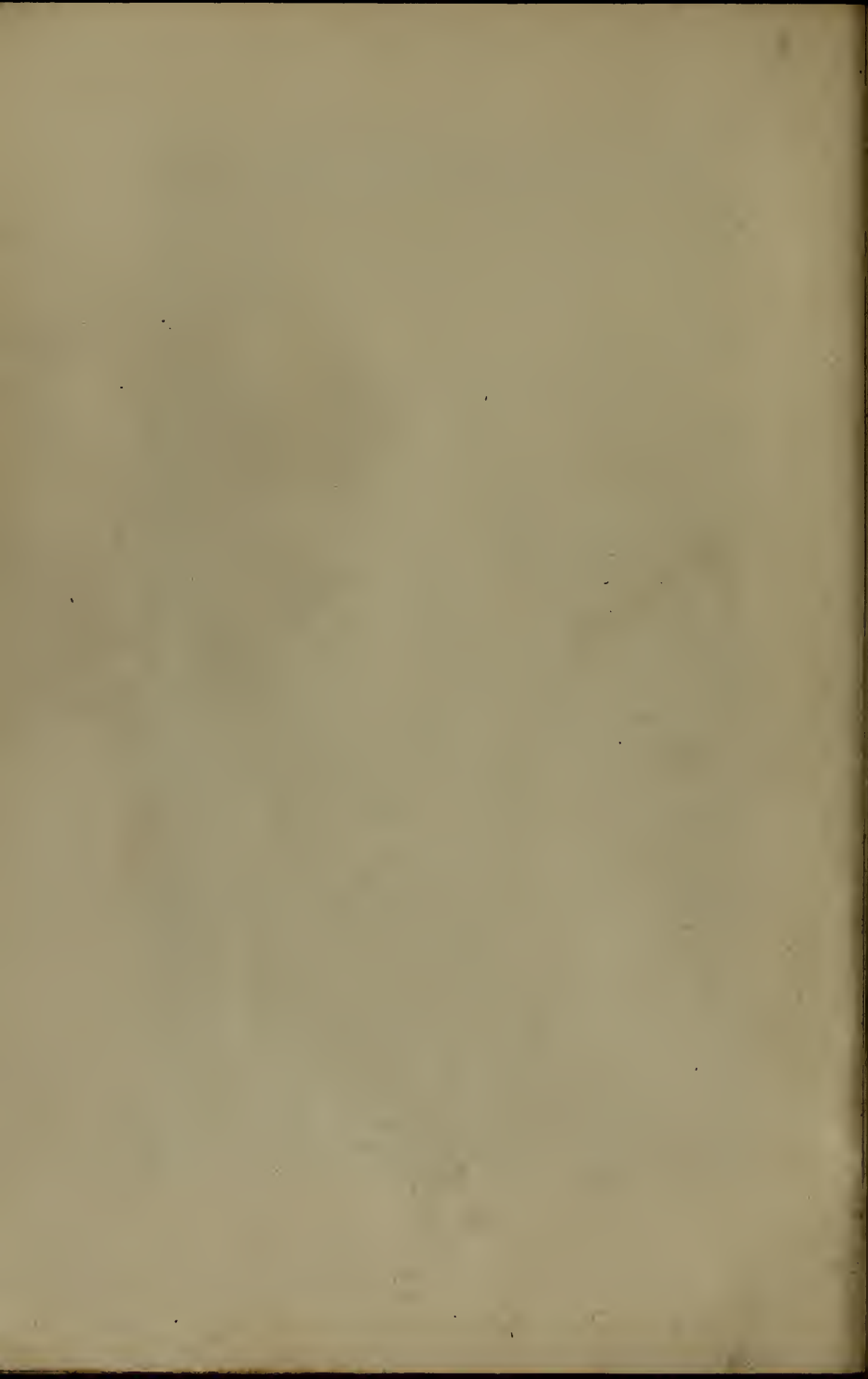
Essa palestra marcou época. Quem conhece a sinceridade do Nordeste, e assistiu aos pronunciamentos das várias camadas sociais sôbre a palavra do Sr. Valentim Bouças tirou de certo duas conclusões. A primeira, do amadurecimento daquela gente para a defesa dos seus problemas sociais e econômicos, e a segunda, do interêsse imenso pela pronta industrialização, que será o passo definitivo para atrelar o Nordeste.

como fôrça renovadora, ao trem da vida econômica do Brasil.

Depois da palestra da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, foi o visitante interpelado pelas figuras mais respeitáveis presentes, homens de várias correntes de pensamento e orientação partidária, satisfazendo plenamente suas respostas.

Todos os jornais de João Pessoa estamparam flagrantes da solenidade, bem como farta e elogiosa reportagem sôbre aquèles acontecimentos.

Na cobertura jornalística que fizemos da viagem do Sr. Valentim Bouças ao Nordeste, como homem da região, vários foram os aspectos que de logo chamaram a nossa atenção. Primeiramente a espectativa geral, o interèsse pelos assuntos sérios, o que não é muito comum no Brasil. Todos desejosos de esclarecimentos sôbre fatos econômicos e financeiros, todos querendo conhecer a origem da crise que nos assoberba; o caso dos ágios, do câmbio, dos impostos. Plantadores de cana queriam solução para seus casos, como os de algodão, pecuaristas e outros. Neste ponto, o Sr. Valentim Bouças foi providencial. Dosado de otimismo robusto e sem pieguice ou espírito demagógico, não escondeu os males que nos afligem, não negou a nossa realidade nua e crua, mas demonstrou por A mais B que o Brasil e o Nordeste estão em franco desenvolvimento e que, portanto, não havia razão de esmorecimento, de medo, de temores. A linha histórica do seu destino haveria de ser percorrida satisfatòriamente.

Apreciamos, tanto no Recife como em João Pessoa, que o nordestino continua como o bandeirante da fé, mas chegamos à conclusão de que os governos precisam não fazê-lo desesperar mais do que tem desesperado. Nesta hora — quando a chave do São Francisco se liga como um fator de progresso, de prosperidade, o govèrno Central terá de planejar com eficiência uma renovação industrial do Norte e do Nordeste, pela qual vem o Sr. Valentim Bouças se batendo há onze anos, conforme declarou de público, e que venha sacudir essa enorme região, pois, segundo nos parece, frente à realidade sócio-econômica, é chegado o momento psicológico de ação. O campo é vasto e propício : mãos à obra.

137-57

F
330.9813
B752

Bouças, Valentim F.

Vitalidade e grandeza de Pernanbu
co e do nordeste.

E.F.A

NOSSA CAPA – O clichê que figura no roda-pé da nossa capa é um flagrante do Palácio da Redenção, em João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, vendo-se ao centro o Governador Flávio Ribeiro Coutinho, ladeado pelos Srs. Valentim F. Bouças, Clóvis Lima, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Luiz Pinto representante da Revista de Finanças Públicas.